



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12/2025

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para confecção e instalação de materiais para comunicação visual, visando atender as necessidades das diversas secretarias do município de Bandeirantes/PR., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	CONFEÇÃO DE FAIXA, DE NO MÍNIMO 4M X 0,70 M, CONFECCIONADA EM LONA, COM PROTEÇÃO UV, DE IMPRESSÃO DIGITAL, DEVERÁ CONTER BASTÕES DE MADEIRA E CORDÕES PARA SUSTENTAÇÃO. IMPRESSÃO COLORIDA.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MPE'S - PREFERÊNCIA PARA ME, EPP E MEI LOCAL E REGIONAL – LEI MUNICIPAL 4.169/22 / E PARA ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06</b>	17906	M²	426	R\$ 151,08	R\$ 64.360,08
2	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA, CONFECCIONADA EM PVC, FOTOLUMINESCENTE, ADESIVADA, ESPESSURA DE 2 MM, DEVERÁ CONTER FITA DUPLA FACE PARA FIXAÇÃO, MEDIDAS DE NO MÍNIMO 30X15 CM. DEVERÁ SER INSTALADA PELA EMPRESA CONTRATADA.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MPE'S - PREFERÊNCIA PARA ME, EPP E MEI LOCAL E REGIONAL – LEI MUNICIPAL 4.169/22 / E PARA ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06</b>	394532	UND	460	R\$ 22,82	R\$ 10.497,20
3	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE SAÍDA (SETA), CONFECCIONADA EM PVC, FOTOLUMINESCENTE, ADESIVADA, ESPESSURA DE 2 MM, DEVERÁ CONTER FITA DUPLA FACE PARA FIXAÇÃO, MEDIDAS DE NO MÍNIMO 30X15 CM. DEVERÁ SER INSTALADA PELA EMPRESA CONTRATADA.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MPE'S - PREFERÊNCIA PARA ME, EPP E MEI LOCAL E REGIONAL – LEI MUNICIPAL 4.169/22 / E PARA ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06</b>	394532	UND	605	R\$ 24,43	R\$ 14.780,15
4	PLOTAGEM TOTAL OU PARCIAL DE VEÍCULOS (MOTOCICLETAS, VEÍCULOS DE PASSEIO, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS LEVES E PESADAS) COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSÃO DIGITAL EM 04 CORES, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 DPI E RECORTE ELETRÔNICO. RESISTÊNCIA À CHUVA E SOL. INCLUI ELABORAÇÃO DE ARTE GRÁFICA/LAYOUT DO ADESIVO E SE NECESSÁRIO, REMOÇÃO DE ADESIVOS ANTIGOS E PREPARAÇÃO DA ÁREA PARA A NOVA PLOTAGEM.	24902	M²	299	R\$ 145,25	R\$ 43.429,75
5	CONFEÇÃO DE ADESIVO EM VINIL, IMPRESSÃO DIGITAL EM 04 CORES, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 DPI E RECORTE ELETRÔNICO. RESISTÊNCIA À CHUVA E SOL. INCLUI ELABORAÇÃO DE ARTE GRÁFICA/LAYOUT.	18961	M²	125	R\$ 82,21	R\$ 10.276,25



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE SALA (CONFORME MODELOS A SEREM INFORMADOS PELA SECRETARIA SOLICITANTE), COM DIZERES EM AMBOS OS LADOS, CONFECCIONADA EM PVC, ADESIVADA, ESPESSURA DE 2 MM, DEVERÁ CONTER FITA DUPLA FACE PARA FIXAÇÃO, MEDIDAS DE NO MÍNIMO 10X30 CM. NA COR BRANCA, COM ESCRITA NA COR PRETO. DEVERÁ SER INSTALADA PELA EMPRESA CONTRATADA.	446515	UND	575	R\$ 18,19	R\$ 10.459,25
7	CONFEÇÃO DE PLACA DE HOMENAGEM NO ESTOJO. PLACA GRAVADA EM AÇO INOX ESCOVADO EM BAIXO-RELEVO, TAM MÍNIMO 17X10,5 CM, COM ESTOJO AVELUDADO MÍNIMO 18X22 CM. INCLUI ELABORAÇÃO DE ARTE GRÁFICA/LAYOUT.	618630	UND	105	R\$ 206,00	R\$ 21.630,00
8	CONFEÇÃO DE PLACA EXTERNA DE IDENTIFICAÇÃO, CONFECCIONADA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL, ESTRUTURA METÁLICA, IMPRESSÃO COLORIDA. DEVERÁ SER INSTALADA PELA EMPRESA CONTRATADA.	22519	M²	216	R\$ 273,49	R\$ 59.073,84
9	CONFEÇÃO DE PLACA MURAL – VIDRO MÍNIMO DE 5MM, COM O COMPRIMENTO DE TAMANHO MÍNIMO DE 40X30CM PARA HOMENAGEM OU FORMATURA, COM 4 PROLONGADORES DE ALUMÍNIO PARA FIXAÇÃO. INCLUSA ARTE EM IMPRESSÃO DIGITAL EM 04 CORES, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 DPI. INCLUI ELABORAÇÃO DE ARTE GRÁFICA/LAYOUT. DEVERÁ SER INSTALADA PELA EMPRESA CONTRATADA.	484149	UND	38	R\$ 459,86	R\$ 17.474,68
10	CONFEÇÃO DE PLACA DE INAUGURAÇÃO DE OBRA, GRAVADA EM AÇO INOX ESCOVADO, COM IMPRESSÃO EM CORES, 04 PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, ACABAMENTO INOX, TAM MÍNIMO 70X50 CM. DEVERÁ SER INSTALADA PELA EMPRESA CONTRATADA.	460929	UND	66	R\$ 1.040,75	R\$ 68.689,50
11	BANNER CONFECCIONADO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DEVERÁ CONTER BASTÕES DE MADEIRA E CORDÕES PARA SUSTENTAÇÃO, IMPRESSÃO COLORIDA.	22497	M²	330	R\$ 93,39	R\$ 30.818,70
12	CONFEÇÃO DE ADESIVO PARA MEDALHAS COM O TAMANHO DE 75 MM E CENTRO LISO COM 50 MM DE DIÂMETRO.	607685	UND	1000	R\$ 1,32	R\$ 1.320,00
13	CONFEÇÃO DE ADESIVO PARA TROFÉUS COM O TAMANHO DE 20 CM DE COMPRIMENTO POR 10 CM DE LARGURA	18961	UND	200	R\$ 4,81	R\$ 962,00
14	CONFEÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTE PLACA INDICATIVA M1, TAMANHO MÍNIMO 250X350MM	394532	UND	77	R\$ 49,46	R\$ 3.808,42
15	CONFEÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA FOTOLUMINESCENTE PLACA INDICATIVA M2, TAMANHO MÍNIMO 190X95MM	394532	UND	77	R\$ 19,93	R\$ 1.534,61
16	CONFEÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO – ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30 CM, EM PVC MÍNIMO DE 2MM, ANTICHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820	614462	UND	116	R\$ 25,72	R\$ 2.983,52



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

17	CONFEÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO – PROIBIDO FUMAR, CIRCULAR, BASE DE *30 CM, EM PVC 2MM, ANTICHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	614462	UND	46	R\$ 22,44	R\$ 1.032,24
18	CONFEÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO – DIZERES “PERIGO” “INFLAMÁVEL”, RETANGULAR TAMANHO MÍNIMO 33X24 CM, EM PVC MÍNIMO DE 2 MM, ANTICHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	473411	UND	46	R\$ 24,76	R\$ 1.138,96
19	CONFEÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO- EXTINTOR RETANGULAR, TAMANHO MÍNIMO DE 20X20 CM, EM PVC MÍNIMO 1 MM ANTICHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	473411	UND	79	R\$ 14,34	R\$ 1.132,86
VALOR TOTAL: R\$ 365.402,01						

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3.1. A presente contratação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações do governo, pois, enquadra-se no entendimento de se tratar de despesa destinada ao custeio de atividades rotineiras e habituais do ente, não havendo necessidade de elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou de declaração do ordenador de despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO na forma disposta nos Art. 16 e 17 da Lei complementar n.º 101/2020 – LRF.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Observada O município tem realizado diversas obras, reformas, construções e readequações, demandando a instalação de placas para sinalização e informação. Além disso, é fundamental registrar as inaugurações e homenagens, garantindo maior transparência e visibilidade das ações desenvolvidas pelas secretarias municipais.

2.2. Considerando que a padronização e identificação das salas das unidades do Município também são essenciais para uma melhor organização e acesso à informação.

2.3. Considerando que é necessário cumprir as diretrizes da NPT 20 – Sinalização de Emergência, estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, o que reforça a importância de adquirir os materiais adequados.

2.3. Por essa razão, demonstra-se que a contratação de uma pessoa jurídica especializada para a confecção e aquisição dos objetos de comunicação visual é necessária, atendendo assim às demandas das Secretarias.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 nos itens: **SEQ.06AD, SEQ.10SA, SEQ.74ED, SEQ.16AS**

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

## 3.1. Especificações Técnicas

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTD
01	Confecção de faixa, de no mínimo 4m x 0,70 m, confeccionada em lona, com proteção UV, de impressão digital, deverá conter bastões de madeira e cordões para sustentação. impressão colorida.	426
02	Confecção de placa de identificação de saída de emergência, confeccionada em pvc, fotoluminescente, adesivada, espessura de 2 mm, deverá conter fita dupla face para fixação, medidas de no mínimo 30x15 cm. Deverá ser instalada pela empresa contratada.	460
03	Confecção de placa de identificação de saída (seta), confeccionada em pvc, fotoluminescente, adesivada, espessura de 2 mm, deverá conter fita dupla face para fixação, medidas de no mínimo 30x15 cm. Deverá ser instalada pela empresa contratada.	605
04	Plotagem total ou parcial de veículos (motocicletas, veículos de passeio, utilitários, caminhões, ônibus e máquinas leves e pesadas) com adesivo em vinil, impressão digital em 04 cores, resolução mínima de 1200 DPI e recorte eletrônico. Resistência à chuva e sol. Inclui elaboração de arte gráfica/layout do adesivo e se necessário, remoção de adesivos antigos e preparação da área para a nova plotagem.	299
05	Confecção de adesivo em vinil, impressão digital em 04 cores, resolução mínima de 1200 DPI e recorte eletrônico. Resistência à chuva e sol. Inclui elaboração de arte gráfica/layout.	125
06	Confecção de placa de identificação de sala (conforme modelos a serem informados pela secretaria solicitantes), com dizeres em ambos os lados, confeccionada em pvc, adesivada, espessura de 2 mm, deverá conter fita dupla face para fixação, medidas de no mínimo 10x30 cm. na cor branca, com escrita na cor preto. Deverá ser instalada pela empresa contratada.	575
07	Confecção de placa de homenagem no estojo. placa gravada em aço inox escovado em baixo relevo, tam mínimo 17x10,5 cm, com estojo aveludado mínimo 18x14 cm. Inclui elaboração de arte gráfica/layout.	105
08	Confecção de placa externa de identificação, confeccionada em lona, impressão digital, estrutura metálica, impressão colorida. Deverá ser instalada pela empresa contratada.	216
09	Confecção de placa mural - vidro com no mínimo 5 mm de espessura, e de tamanho mínimo 40x30cm para homenagem ou formatura, com 4 prolongadores de alumínio para fixação. inclusa arte em impressão digital em 04 cores, resolução mínima de 1200 dpi. inclui elaboração de arte gráfica/layout. Deverá ser instalada pela empresa contratada.	38
10	Confecção de placa de inauguração de obra, gravada em aço inox escovado, com impressão em cores, 04 parafusos de fixação, acabamento inox, tam mínimo 70x50 cm. Deverá ser instalada pela empresa contratada.	66
11	Banner confeccionado em impressão digital, deverá conter bastões de madeira e cordões para sustentação, impressão colorida.	330



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

12	Confecção de adesivo para medalhas com o tamanho de 75 mm e centro liso com 50 mm de diâmetro.	1000
13	Confecção de adesivo para troféus com o tamanho de 20 cm de comprimento por 10 cm de largura	200
14	Confecção de placa de sinalização e emergência fotoluminescente placa indicativa M1, tamanho mínimo 250x350mm	77
15	Confecção de placa de sinalização e emergência fotoluminescente placa indicativa M2, tamanho mínimo 190x95mm	77
16	Confecção de placa de sinalização de segurança contra incêndio – alerta, triangular, base de *30 cm, em pvc mínimo de 2mm, antichamas (símbolos, cores e pictogramas conforme NBR 16820	116
17	Confecção de placa de sinalização de segurança contra incêndio – Proibido fumar, circular, base de *30 cm, em pvc 2mm, antichamas (símbolos, cores e pictogramas conforme NBR 16820	46
18	Confecção de placa de sinalização de segurança contra incêndio – Dizeres “PERIGO” “INFLAMÁVEL”, retangular tamanho mínimo 33x24 cm, em pvc mínimo de 2 mm, antichamas (símbolos, cores e pictogramas conforme NBR 16820)	46
19	Confecção de placa de sinalização de segurança contra incêndio- EXTINTOR RETANGULAR, tamanho mínimo de 20x20 cm, em pvc mínimo 1 mm antichamas (símbolos, cores e pictogramas conforme NBR 16820)	79

3.1. É vedado o uso de materiais, ou componentes de baixa qualidade, devendo a contratada sempre entregar materiais novos e originais por meio de um serviço de qualidade, seguindo rigorosamente as especificações do fabricante.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Dar destinação sustentável a todos os resíduos produzidos, privilegiando o reúso e a reciclagem dos materiais utilizados.

4.1.2. Os materiais devem ser duráveis e de qualidade razoável, reduzindo a necessidade de reposição frequente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4.1.3. A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras -NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.4. Os materiais deverão possuir preferencialmente componentes recicláveis e fabricados com materiais de menor impacto ambiental.

4.1.5. A aquisição de placa de aço inoxidável pode ter alguns impactos ambientais, principalmente relacionados à produção do material e ao seu descarte. A fabricação de aço inoxidável pode gerar emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) devido ao uso de energia em processos como a fusão do metal e a fabricação de ligas, bem como requer o uso de minerais e recursos naturais, como minério de ferro, níquel e cromo. No entanto, sua durabilidade e resistência significam que exigirá menos manutenção e substituição ao longo do tempo, resultando em economia a longo prazo.

## **Subcontratação**

4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação

## **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. As aquisições ocorrerão de forma fracionada, conforma a demanda da área requisitante.

5.2. O fornecedor terá até 20 (vinte) dias para realizar os serviços que compreendem a confecção de placas e a instalação conforme demanda das Secretarias, contados do envio da nota de empenho ou solicitação de fornecimento, que ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, ao endereço de e-mail informado pela adjudicatária quando da assinatura do contrato.

5.3. Caso não seja possível a execução do serviço e entrega do produto na data indicada acima, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. As aquisições poderão ser fracionadas, desta forma os locais para entrega serão informados no ato do pedido.

5.4.1. Caso o local para entrega tenha como acesso via de escada, fica o fornecedor ciente da obrigação de entregar até o andar indicado pela área requisitante, não cabendo qualquer ônus ao Município a este título.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter o(s) produto(s) fornecidos em perfeitas condições de uso/consumo, sem qualquer ônus/custo adicional para o Município.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos materiais, compreendendo a substituição e correções necessárias.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 5.9. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho altos.
- 5.10. Uma vez notificado, o fornecedor realizará a substituição dos materiais que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada dos materiais das dependências da Administração pelo fornecedor ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos materiais.
- 5.13. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5.1. Os gestores e fiscais da execução do objeto são os indicados na Portaria nº 1.906/2024, ou aquela que vier a substituir.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

## **Das infrações e sanções administrativas**

6.12. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.13. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do item 6.12 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 17 acima, bem como os incisos II, III e IV do item 17 acima, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - i. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

V. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

VI. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

VII. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VIII. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IX. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

X. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

XI. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

XII. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

## Recebimento do Objeto

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do § 4º, do art. 39 do Decreto Municipal nº. 3537, de 09 de maio de 2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.
- 7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.
- 7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. \_

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Antecipação de pagamento**

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.1. O fornecedor será selecionado por da modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [MM42]

8.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

8.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:** Se aplicará a presente contratação a possibilidade de participação de cooperativas desde que estas declarem que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021. Deverá apresentar a ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:** Não será permitido o consorciamento de empresas; justificando-se uma vez que o objeto em si mesmo é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento;

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.11. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.14. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

8.15. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.16. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.17. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.18. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.19. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.20. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **Qualificação Técnica**

Justifica-se a solicitação de atestados de capacidade técnica afim é garantir ao contratante que o serviço será realizado por uma empresa que tenha experiência prévia em atividades semelhantes e que possua a habilidade necessária para executá-las de forma adequada, minimizando o risco de atrasos, erros ou problemas durante a execução do serviço contratado.

8.22. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, até o limite de 50% do total da contratação, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.25. A CONTRATADA deverá apresentar Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 365.402,01 (trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e dois reais e um centavo), conforme custos unitários apostos na tabela mencionada anteriormente.

9.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade e os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito ao proponente de reivindicar custos adicionais diretos ou indiretos.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
306 - 09.001.08.244.0815.2060.3.3.90.39.00	BLOCO IGD- BOLSA FAMILIA	04000/00940.09.06.06.25.1.660.0000
255 - 09.001.08.244.0801.2056.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMILIA	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000
296 - 09.001.08.244.0811.2057.3.3.90.39.00	BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIBILIDADE	04005/00941.09.06.06.26.1.660.0000
298 - 09.001.08.244.0813.2058.3.3.90.39.00	BLOCO PROTEÇÃO BÁSICA	04002/00934.09.06.06.06.1.660.0000
301 - 09.001.08.244.0814.2061.3.3.90.39.00	BLOGO GESTÃO DO SUAS	04001/00933.09.06.06.19.1.660.0000
333 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002
338 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002
352 - 11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.30.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE AT. BÁSICA - FEDERAL	00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000
355 - 11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.39.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE AT. BÁSICA - FEDERAL	00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000
365 - 11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.30.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO	00311/01014.11.02.07.21.1.659.0000
367 - 11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO	00351/00494.09.02.05.20.1.621.0000
376 - 11.003.10.302.1022.6073.3.3.90.30.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE ASSIST. AMB. - FEDERAL	00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000
378 - 11.003.10.302.1022.6073.3.3.90.39.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE ASSIST. AMB. - FEDERAL	00494/00494.09.02.06.20.1.600.0000
381 - 11.004.10.305.1006.2079.3.3.90.30.00	ECD- EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000
382 - 11.004.10.305.1006.2079.3.3.90.39.00	ECD- EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000
400 - 11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002
405 - 11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002
82 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSE. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
110 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
130 - 03.003.12.361.1202.6026.3.3.90.30.00	SALARIO EDUCAÇÃO	00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

137 - 03.003.12.365.1204.6027.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EUCAÇÃO (CMEI)	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
87 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSE. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
114 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
140 - 03.003.12.365.1204.6027.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EUCAÇÃO (CMEI)	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
30 - 02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes/PR, 12 de fevereiro de 2025.

**Cláudia Janz da Silva**  
**Secretária Municipal de Administração**